

SESSÕES DO PLENÁRIO

28ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ROBERTO CARLOS “1º SECRETÁRIO”

2º SECRETÁRIO: DEP. GILDÁSIO PENEDO *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Yulo Oiticica e Zé Neto. (55)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente faz a leitura do expediente em 15 de abril de 2009.)

OFÍCIOS

Do Dep. Arthur Oliveira Maia, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 19, 23 e 26/03/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Professor Valdeci, comunicando sua ausência na sessão do dia 30/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Aderbal Caldas, comunicando sua ausência na sessão do dia 18/03/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias da Convocação Extraordinária: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª, realizadas, respectivamente, em 6, 7, 8, 12, 13, 14; o Termo de Abertura da convocação extraordinária em 15 de janeiro de 2009; as atas das 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª sessões ordinárias da convocação extraordinária, realizadas, respectivamente, em 19, 20, 21, 22, 26, 27 e 28 de janeiro de 2009; a ata da sessão preparatória para a eleição e posse da Mesa Diretora da 16ª Legislatura, para o Biênio 2009-2011, em 1º de fevereiro de 2009; a ata da sessão solene de instalação da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, em 16 de fevereiro de 2009; as atas das seguintes sessões ordinárias: 1ª e 2ª realizadas, respectivamente, em 17 e 18 de fevereiro de 2009; a ata da 1ª sessão extraordinária, em 18 de fevereiro de 2009; os Termos de Abertura em 19 e 26 de fevereiro de 2009; e as atas das seguintes sessões ordinárias: 3ª, 4ª, 5ª e 6ª, realizadas, respectivamente, em 2, 3, 4 e 5 de março de 2009.

Em votação as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas por unanimidade.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, ontem, a nobre deputada Virgínia Hagge, grande representante de Itapetinga e região, colocou a grave situação do assessor do presidente da República, Rosemberg Pinto, sobre a sua destacada atuação na Bahia no ano passado e no ano retrasado, patrocinando festividades juninas por todo o interior da Bahia. Na época, inclusive, deputada Virgínia Hagge, fez um requerimento à Petrobras e mandei a minha assessoria mandar, cobrando um posicionamento a respeito dessa grave situação.

No ano passado, o Exmº Assessor do presidente da Petrobras atuou com muita desenvoltura na Costa do Dendê, em municípios, como por exemplo, Valença, Taperoá, Cairu, Grapiúna, Camamu, como também no Sudoeste da Bahia, elegendo candidatos, como por exemplo o prefeito de Itapetinga, apoiou um candidato em Macarani e em outros municípios, isso precisa ser apurado. A Petrobras, ontem, eu assinei, e acredito que vários parlamentares de todas as matizes partidárias assinaram, o requerimento de V.Exª ao Exmº Sr. Presidente da Petrobras pedindo explicação.

Espero que a Petrobras responda, não posso afirmar, isso seria leviano da minha parte, que esse recurso é da Petrobras, não gosto de fazer acusações de forma nenhuma sem ter provas, precisamos ter provas. Na verdade, as campanhas foram

milionárias. Em Itapetinga mesmo o Sr. Prefeito atual, que era do nosso grupo político, do PLF, foi nosso candidato, foi vice-prefeito do nosso grupo, foi nosso candidato a prefeito e filiou-se ao Partido dos Trabalhadores. Participei da campanha com o candidato, que foi derrotado, foi uma campanha de alto nível, uma campanha cara, a minha assessoria já está requerendo ao Tribunal Regional Eleitoral as prestações de contas a respeito da campanha.

Portanto, acho que esse é um assunto do momento, está ocupando inclusive as folhas, hoje, a *Folha de S. Paulo* repercute o assunto novamente, o *Estado de S. Paulo* e, há pouco, recebi um telefonema de uma jornalista da *Folha de S. Paulo* pedindo informações e afirmei o que estou afirmando aqui desta tribuna, que ele patrocinou festividades juninas, que ele patrocinou campanhas eleitorais, não retiro uma só palavra, agora, precisamos saber a procedência desses recursos, não posso afirmar que são da Petrobras, só posso afirmar que ele é assessor do presidente da Petrobras, do Sr. Sérgio Gabrielli.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, eu pediria para inserir nos Anais desta Casa matéria do *Portal Vermelho* de ontem, dia 14, cujo título é “Lula acata proposta do PCdoB e deixa Oposição sem discurso”. A matéria inicia falando o seguinte: (lê) “*A garantia de que os municípios recebam neste ano os mesmo níveis de repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) relativos a 2008 e ainda que o programa “Minha Casa, Minha Vida” chegue a todos, independente do nível populacional, medidas anunciadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na reunião desta segunda (13) do Conselho Político, foram danosas para a articulação da oposição demo-tucana que já ensaiava uma ofensiva nesta semana no Congresso Nacional.*”

Portanto, quero, mais uma vez, reforçar o que vinha falando anteriormente. A Bancada do PCdoB no Congresso Nacional fez uma proposta muito importante para os municípios, para a Medida Provisória nº. 459, do presidente Lula, no sentido de que todos os municípios do nosso País tivessem garantias de que receberiam os recursos, agora em 2009, igual ou superior a 2008. Isso porque, com as medidas do presidente Lula, medidas corretas, redução de impostos, incentivo às atividades, houve uma redução, com a crise mundial, drástica na arrecadação e no Fundo de Participação dos municípios. O que gerou uma crise muito grande principalmente nas cidades pobres.

O Partido Comunista do Brasil, entendendo a necessidade de que os municípios precisam dos recursos para a sobrevivência, fez uma emenda à Medida Provisória nº. 459 para que os municípios tenham garantido, no mínimo, o mesmo valor do ano anterior, ou seja, os municípios teriam a compensação do governo Federal para enfrentar essa crise. Da mesma forma que o presidente Lula tomou medidas para

enfrentar a crise corretamente, como a redução de impostos, a construção de um milhão casas populares, a redução da taxa de juros, da mesma forma que o presidente tomou essas medidas para enfrentar a crise, ele deveria tomar medidas para beneficiar os municípios que foram prejudicados com a redução do Fundo de Participação dos municípios.

Então, o Partido Comunista do Brasil, a nossa Bancada, tendo como Líder o deputado Daniel Almeida, apresentou uma emenda nesse sentido. E o presidente Lula anunciou na reunião da Comissão Política do Governo que os municípios não iriam receber menos do que receberam em 2008.

E ainda mais: que a Minha Casa, Minha Vida cheguem a todos os municípios e não aos municípios com mais de 100 mil habitantes como estava previsto.

Portanto, essas medidas anunciadas pelo presidente, atendendo a proposta do PC do B, deixa a população do nosso País bastante satisfeita, principalmente os prefeitos das pequenas cidades que foram prejudicadas.

Portanto, Lula recupera e atende as propostas, as reivindicações do Partido Comunista do Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, o Brasil tem acompanhado, recentemente, e com a atenção de todos, principalmente através da exploração da mídia nacional e estadual, as dificuldades financeiras que vêm atravessando os municípios da federação brasileira e com destaque especial para os da Região Nordeste, deputado Gilberto Brito, V.Ex^a que já havia abordado este assunto nesta Casa, principalmente os municípios com até 50 mil habitantes que são a grande maioria dos municípios brasileiros e da Região Nordeste, que têm, deputado Álvaro Gomes, como principal fonte arrecadatória as chamadas transferências constitucionais.

São elas que, na verdade, proveem a vida financeira desses municípios. Digo isso, porque a grande maioria dos municípios têm nessas principais transferências, sejam elas o FPM e o ICMS, praticamente 90% da sua arrecadação própria. Os chamados recursos próprios que são o ISS, deputado Roberto Carlos, IPTU, praticamente são mínimas, até pelas próprias dificuldades de arrecadação dos municípios. Em função disso e quando a crise se generaliza, como é o caso atual, quem sofre mais de fato são os prefeitos e são os municípios pequenos. Nós até temos uma sugestão para esta Casa, apresentada ainda no ano de 2004, deputado Gilberto Brito, e que nesta nova legislatura pedimos o seu desarquivamento, que tem por objetivo disciplinar a transferência constitucional do ICMS aos municípios baianos.

Sei que esta matéria é polêmica pela natureza e pela complexidade desse assunto, mas valeria a pena nesse momento delicado por que passa os municípios baianos, a Assembleia Legislativa deve começar, inclusive, a ver a possibilidade da aprovação dessa matéria.

Digo isso, deputado Gilberto Brito, porque o ICMS da forma como ele hoje é tributariamente distribuído, por força de uma norma federal, disciplina que apenas 25% desses recursos terão a sua distribuição feita pelas assembleias estaduais. A da Bahia, pela forma como foi concebida, determina que desses 25%, 75% sejam devolvidos aos municípios que produzem ou que geram aquele benefício e o restante distribuído entre área e população, com o desvio funcional para que se pudesse chegar. Isso gera uma das maiores distorções de concentração de ICMS na nossa arrecadação.

Todos sabemos que as grandes matrizes econômicas geradoras de ICMS – energia e Polo Petroquímico – estão concentradas na Região Metropolitana de Salvador. Daí, deputado Gilberto Brito, que os municípios desta região, como Candeias, Madre de Deus, São Francisco do Conde, acabam tendo uma renda *per capita*, deputado Eliedson, que na maioria das vezes ultrapassa os R\$ 2.500,00, enquanto as cidades mais distantes, deputado Gilberto Brito, que não tiveram a sorte de ter em seus territórios empresas que agregassem valor ao ICMS, recebem R\$30,00, R\$40,00 por habitante.

E o que mais chama atenção é que se pegarmos os índices sociais desses municípios da RMS – como evasão escolar, mortalidade infantil –, notaremos que, mesmo com toda essa concentração de riqueza oriunda do ICMS, na maioria das vezes esses índices são bem piores do que os dos pequenos municípios do Semiárido do nosso Estado. Este o grande ponto a ser discutido nesta Casa.

Por isso, estou novamente chamando a atenção desta Assembleia, principalmente por estarmos atravessando este momento delicado em que vivem as prefeituras. Então, seria, sim, uma demonstração do Poder Legislativo de solidariedade às cidades de pequeno porte, aquelas que concentram...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) as grandes dificuldades.

Voltarei a abordar este assunto. Espero contar com a acolhida e a boa vontade dos pares desta Casa para que possamos nos debruçar sobre esse assunto tão relevante, especialmente se levarmos em consideração este momento delicado que vivem os municípios do interior da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Eliedson Ferreira pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, deputada Fátima, senhores que nos acompanham das Galerias Paulo Jackson, Srs. da Imprensa, telespectadores da *TV Assembleia*, servidores desta Casa, hoje, a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho realizou uma audiência pública com a gerência da Coelba que trata da manutenção dos serviços prestados no Extremo Sul da Bahia, para discutir o apagão que houve naquela região, principalmente nos municípios de Prado, Alcobaça e Caravelas, atingindo os distritos adjacentes.

Sessenta e oito mil pessoas, sobretudo os comerciantes, foram severamente prejudicadas por conta desse apagão, que durou 48 horas. E isso preocupou a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, ocasionando, então, o convite para que o presidente da Coelba enviasse a esta Casa o responsável por aquela região.

Ele nos atendeu com total atenção – agradecemos a boa vontade demonstrada pela empresa –, e assim pudemos compreender melhor o que provocou esse apagão, conhecer os responsáveis. Porque, à primeira vista, pensava-se que o problema era causado apenas pela Coelba, mas nós podemos entender que existe a participação desse problema não somente na Coelba, mas também as empresas que trabalham com a plantação do eucalipto na região e também o poder público.

Foi feita ali uma explanação e nós achamos necessário, inclusive o deputado Getúlio Ubiratan, que tem uma atuação importante na região do Extremo Sul, fez a proposta e nós acatamos, de realizar, lá na região, numa dessas três cidades do Extremo Sul, uma audiência pública, para a qual vamos convidar, além dos representantes da Coelba e das empresas que trabalham com a plantação do eucalipto na região, e os prefeitos das cidades, convidar também o Ministério Público que, diga-se de passagem, merece aqui o nosso aplauso, porque já providenciou que sejam apuradas as responsabilidades pelo prejuízo causado à população daquela região.

Estaremos, então, acompanhando de perto esse problema, porque a população não pode pagar a conta sem ser ressarcida, porque a conta a população já pagou e, diga-se de passagem, vai passar a pagar, a partir de agora, com aumento, já que vai ter esse aumento na conta de energia elétrica, conforme notícia aqui do jornal *A Tarde*. Um ano depois da redução de 13, 89% para consumidores residenciais e comerciais - baixa tensão, e de 7, 2% para a indústria - alta tensão, a tarifa da energia elétrica vai voltar a subir. A Agência Nacional de Energia Elétrica confirmou ontem a autorização para que a Coelba reajuste em 5,78% o valor cobrado pela energia para o grupo do consumo de baixa tensão. Então, essa população que foi prejudicada agora vai pagar a conta com aumento.

Então, o povo não pode continuar sendo prejudicado, vamos apurar as responsabilidades e vamos apurar também de que forma essa população será ressarcida.

Quero parabenizar então todos os deputados da Comissão de Defesa do Consumidor, que têm se reunido toda quarta-feira, às 11h da manhã e, inclusive, Sr. Presidente, para concluir, a Comissão de Defesa do Consumidor tem um blog onde todas as ações da Comissão estão disponibilizadas para a população e também as informações pertinentes à relação de consumo, que é o www.comissaodefesadoconsumidor.com.br.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Sr. Presidente, deputado Roberto Carlos, deputada Eliana Boaventura, Srs. Deputados, mais tarde eu penso retornar à Tribuna para comentar a respeito do lúcido projeto do deputado Gildásio Penedo Filho quanto à maneira de distribuição do ICMS.

Mas, gostaria, deputado, de pedir a V.Ex^a 1 minuto de atenção para o que vou ler, uma matéria veiculada no jornal *Zero Hora* de hoje, de Porto Alegre:

(Lê) *“Drogas, pais e filhos. Entre tantas barbaridades com que deparamos diariamente diante das páginas dos jornais, fatos que de tão repetitivos passam a ser lamentavelmente normais, como corrupção, enriquecimento ilícito e violências de todas as formas possíveis, certamente nesta semana o Rio Grande do Sul ficou em choque com a notícia da mãe que matou seu filho a tiros de espingarda em decorrência do crack, num bairro de classe média alta de Porto Alegre. Isto não é novidade., pois Zero Hora já noticiou casos similares ocorridos na periferia da Capital, mas o que vemos agora é a comprovação do engano daqueles que pensavam que esta droga letal só atinge os moradores de favelas. Aqui, a primeira constatação: é preciso que um filho de família abastada morra tragicamente para chamar a atenção da sociedade para um problema que não tem classe social.*

Na verdade, esse jovem não morreu no momento do disparo da arma. Esse jovem e tantos outros começam a morrer lentamente quando iniciam o consumo de entorpecentes na adolescência e seguem sem rumo para o caminho da destruição de suas vidas. O que está acontecendo com a sociedade, que testemunha pacificamente o absurdo de perder os jovens para as drogas? O que podemos fazer para que isto não aconteça mais? Sejamos sinceros com nossa consciência, pois muitas vezes a resposta está a um palmo dos olhos, e não enxergamos pela justificativa hipócrita da "falta de tempo". Tempo pra quê? Para pensar em coisas fúteis e materiais, vaidade, dinheiro, status, e tantas outras superficialidades que no dia da morte não serão levadas para outros planos? É exatamente assim que deixamos de semear o amor na terra e esquecemo-nos de que o diálogo afetivo com nossos filhos é um ato de amor. Na ausência deste amor, perdemos nossos filhos para as drogas.

Mais do que diálogo aberto e interesse por absolutamente tudo que rodeia a vida de nossos filhos, que são a continuação de nossas próprias vidas, faz-se fundamental na atual circunstância que a escola passe a ter um papel decisivo na formação da criança e do adolescente na questão das drogas, conscientizando os alunos de que o consumo leva inexoravelmente a tragédias fatais. E tudo o que uma criança não quer é morrer! Será que o Estado não enxerga isso por "falta de tempo", ou é tão difícil assim perceber que devemos ter nos currículos escolares um instrumento que evite tragédias como a que ocorre na zona sul de Porto Alegre?

Outra opção para a guerra contra as drogas e a formação íntegra de nossos filhos, além de dar-lhes amor e uma escola combativa, pode residir na prática de esportes, e só cabe aos pais o incentivo. Todos nós sabemos que esporte e drogas não combinam, e, portanto, além da família, também o Estado deve colaborar neste aspecto, para contribuir para que os jovens não sucumbam na mão nefasta de traficantes.

O fato é que o Estado até pode falhar, mas os pais não têm o direito de pecar por falta de amor - sejam eles da classe social baixa, média ou alta - e muito menos de justificar a ausência com seus filhos em decorrência de "falta de tempo", perdido inutilmente num mundo devastador de valores elementares, onde o sentimento mais divino da humanidade é preterido por assuntos supérfluos que no fim das contas não nos levam a lugar algum."

Sr. Presidente, estimado deputado Getúlio Ubiratan, semana passada, tivemos o prazer de ver o nosso modesto artigo veiculado em *A Tarde*, retratando uma realidade de Olinda, em Pernambuco, em que a direção de uma escola pública conseguiu conclamar e trazer para dentro da escola os pais dos alunos. Há quatro anos, não há uma carteira quebrada, não há uma parede pichada, não há o registro de nenhum esboço de ameaça ou violência física.

Trouxe o assunto para este plenário e, mais uma vez, conclamo o Estado e o município, mais especificamente as secretarias de Educação de cada município e do Estado, para que lutem para conscientizar os pais a participarem da vida estudantil dos seus filhos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Getúlio Ubiratan. V.Ex^a dispõe de 5 minutos.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, acompanhei o pronunciamento do nobre deputado Gilberto. Temos vivido, na região do Extremo Sul, um problema realmente forte relacionado às drogas.

Infelizmente, o aparato de segurança da delegacia de Tóxicos e Entorpecentes da nossa região não condiz com aquilo que entendemos deva ser um departamento especializado para combater a presença de traficantes, diversos deles oriundos dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Já abordei neste plenário que a repressão forte que aconteceu recentemente no Espírito Santo e também no Rio de Janeiro quando o combate ao crime organizado, com muita eficiência, foi colocado em prática nesses Estados fez com que a bandidagem especializada nesse tipo de crime fosse afugentada para a Bahia. E exatamente a porta de entrada da Bahia é a região do Extremo Sul.

Temos problemas realmente muito fortes relacionados à presença da droga nas escolas, a presença dos traficantes que querem induzir a nossa juventude a ingressar no vício. São depoimentos de desespero que os pais têm passado, quando nós estamos visitando a região, e, infelizmente, a liberdade e a facilidade com que esses traficantes estão trabalhando é algo que causa espanto.

E é por isso que nós avalizamos o pronunciamento do deputado Gilberto e entendemos que o aparato do governo do Estado tem que dar a sua resposta para esses bandidos. Não podemos permitir também que uma delegacia importante como a de Tóxicos e Entorpecentes da nossa região, cujo delegado titular é responsável pela condução dos crimes de tóxicos em dezenas e municípios da nossa região, não tenha

um agente sequer para auxiliá-lo no seu trabalho. Isso, realmente, deixa-nos triste. E é por isso que, desta tribuna, solicito o empenho do nosso Secretário da Segurança, Dr. César Nunes, para que ele veja com muito respeito as reivindicações que são colocadas, não somente por este parlamentar que representa a região do Extremo Sul, mas pelos pais desesperados que têm tido os seus filhos aliciados pelas mãos de traficantes que, repito, trabalham com uma facilidade forte na região do Extremo Sul.

Quero aqui também dizer, Sr. Presidente, que, hoje pela manhã, na audiência que aconteceu na nossa Comissão da Defesa do Consumidor, com a presença dos representantes da Coelba, ficamos estáticos diante de algumas informações que foram colocadas pelo Dr. Sérgio, representante do presidente da Coelba, a respeito de um fato que foi relatado, ocorrido no dia 4 de abril, quando 57 horas de paralisação de energia elétrica tivemos nos municípios de Caravelas, Alcobaça, também em Prado.

Ele colocou um ponto realmente muito forte que precisa também ser avaliado e é relacionado com as empresas de celulose - Aracruz Celulose e Suzano - que trabalham na região. Há também a maneira com que o pessoal que trabalha com o fomento no plantio de eucalipto tem organizado as suas plantações colocando em risco os eucaliptos criados próximos à linha de eletrificação da Coelba. Fazendo isso pode até mesmo acontecer – e o risco é grande – algumas tragédias.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Houve um apagão no dia 04 de abril. O Dr. Sérgio nos colocou o seguinte: há uma expectativa de que o problema se repita em menor ou maior proporção. É preciso que se corte o cordão umbilical desta situação.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Concluirei.

Tanto é verdade que hoje nós nos pronunciamos a esse respeito sugerindo que a nossa Comissão de Defesa do Consumidor siga até o Extremo Sul e, *in loco*, na região, para fazer essa audiência não apenas com a presença e colocando em xeque tão somente a Coelba mas também que se coloquem as empresas de celulose como Aracruz e Suzano, grupo de fomentadores, o Ministério Público para declinarem a sua real participação em episódios que trazem consequências fortes como os dias de desespero que viveu a população de Caravelas, Prado e Alcobaça.

Muito obrigado pela compreensão e pela tolerância do tempo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Gaban. (Pausa) Na ausência do deputado Gaban, com a palavra o deputado J. Carlos. (Pausa)

O deputado J. Carlos permuta o seu horário com o deputado Paulo Azi.

Com a palavra o deputado Paulo Azi, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, é tempo suficiente para, mais uma vez, registrarmos nos Anais desta Casa o quanto este governo, deputado Gilberto Brito, faz mal à educação pública de nosso Estado. Veja, deputado J. Carlos, que, enquanto o governo anterior, tão criticado por V.Ex^{as}, destinava algo em torno de 30% de sua receita corrente líquida para ser aplicado em educação, o governo atual, a despeito da

melhoria de sua arrecadação, reduz este percentual para algo em torno de 27%. São, em número absoluto, nobre Líder Misael, algo em torno de 250 milhões que deixaram de ser aplicados na educação nos dois primeiros anos do governo Jaques Wagner.

Isso explica, deputado Heraldo Rocha, o terrível momento por que passa a educação pública em nosso Estado. São dois anos de governo e não existe uma única sala de aula construída pelo governo Jaques Wagner.

Inicia-se o ano letivo com uma carência de mais de 7.500 professores. Funcionários terceirizados não recebem os seus salários desde outubro do ano passado. Há prefeitos obrigados a fornecer o transporte escolar quando deveria ser fornecido pelo Poder Executivo estadual; alunos do Ensino Médio sem merenda escolar, este é o retrato da educação pública em nosso Estado.

E enquanto o governo reduz drasticamente os investimentos em educação, dobra os seus gastos com publicidade. Anuncia-se despesas com publicidade, deputado Roberto Carlos, da ordem de R\$ 120 milhões. E o que é pior e mais grave, para fazer publicidade do que não existe. O governo faz publicidade daquilo que espera, pretende executar, o governo faz publicidade das poucas obras existentes, mas que foram executadas com recursos do governo federal. Este é, infelizmente, o retrato do governo Jaques Wagner.

Para concluir, Sr. Presidente.

Governo que é uma catástrofe em matéria de segurança pública, é inerte quando se trata de saúde pública, e não gosta de dar a assistência devida e obrigatória à educação pública do nosso Estado.

Muito obrigado, S. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Grande Expediente.

Não há orador.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o representante do PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará, por todo tempo, o deputado J. Carlos.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado J. Carlos, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. J. CARLOS:- Sr. Presidente, ontem, ouvi atentamente, aqui, a nobre deputada Virgínia Hagge, por quem tenho um carinho muito grande, fazer um pronunciamento a respeito da Petrobras, a respeito do companheiro Rosenberg.

Fiquei admirado ao ouvir essas denúncias, porque, Sr. Presidente, durante quatro anos do governo do companheiro, ex-deputado, Michel Hagge a Petrobras investiu no São João de Itapetinga. Durante quatro anos, inclusive em plena campanha eleitoral, disputada entre o PMDB, na época de Michel, e o PT, a Petrobras

estava lá, colocando verba no São João. Em plena campanha, em plena disputa!

É como se estivéssemos olhando, deputado Isaac, todos que estavam no governo passado e que veio para o nosso governo e ficássemos criticando o governo Paulo Souto. Que parceria é essa que durante 4 anos estávamos juntos? Agora não fizemos o pacto na política, não presta mais. As denúncias têm que surgir. Alguém tem que pagar pela derrota que tive. E aí?

Ontem, sentado neste Plenário, eu via os parlamentares assinando um requerimento ou um ofício. E até o grande Líder, o nobre Gildásio Penedo, disse: Jota, assine. E disse-lhe: se você colocar um prefeito, eu assino. Porque já nasce morto o ofício. Se eu não tenho um prefeito para dizer como a denúncia aconteceu, como é que vamos colocar isso para a frente? Quem vamos investigar se não existe prefeito, se houvesse pelo menos um que poderia até ser um anterior do PMDB, que era o companheiro, ex-deputado desta Casa, Michel, porque por 4 anos atuamos lá.

Mas aí a Petrobras, Sr. Presidente, já antecipou a resposta e colocou na *Tribuna*, publicado em 15/04/2009: “*Desde julho de 2008, Rosemberg Pinto não mais atua na área da Petrobras e não exerce as suas atividades profissionais na Bahia. Ao contrário do que afirma o prefeito do Estado.*” Que ninguém sabe quem é o prefeito. Ninguém sabe! Esses prefeitos são fantasmas.

Mais ainda: “*A empresa acrescenta que neste ano bancará o São João também de Pernambuco, Sergipe e Paraíba*”. Não é só a Bahia, não. Entra mais 4 estados.

Sr. Presidente, mais ainda, a mesma Petrobras que foi criticada ontem, para verificar a origem desse recurso, colocou em Itapetinga R\$ 200 mil no Programa da Infância e Juventude. Era a nossa parceira a Prefeitura de Itapetinga. Hoje, a deputada representante daquela região chega para fazer denúncia de uma pessoa que tanto ajudou. É preciso que a verdade seja dita claramente. A Petrobras, para mim, acaba isso hoje, já deu sua nota pública e dizendo que não só a Bahia.

Mais ainda, meu Líder, amigo e companheiro, Heraldo, quando fazia aqui as denúncias eram contra Michel e não contra o PT, porque o PT naquela época não existia. Era o investimento que a Petrobras fazia em Michel. Está aqui o deputado ou qualquer um que queira me desmentir. O prefeito daquela época era Michel.

Então, se algumas denúncias existiam do nosso deputado, o grande Líder da Oposição, naquela época, era contra o prefeito que perdeu a eleição. É preciso que se diga essas coisas; é preciso vir para a tribuna falar a verdade e dizer como é que as coisas aconteciam, se erradas, chegou a hora de dizer se o dinheiro que foi para Itapetinga era irregular. Os 200 mil que foram para a Infância e Juventude, os 4 anos do São João que foram para lá, se foram irregular, mostre quem colocou a irregularidade. É assim que se fala. Não adianta querer esquecer o passado, que é algo que temos que guardar com muito carinho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. J. CARLOS:- Darei em breve, companheiro. Por favor, mais 10 minutos, porque consegui esse tempo com o meu companheiro e amigo Álvaro para fazer esse pronunciamento.

Para mim morreu hoje, vou mais além: entrarei aqui num debate que interessa a

esta Casa, é sobre o último acidente que tivemos em Salvador, que foi grave e no qual morreu uma companheira médica. E aí, o jornal *A Tarde* daquela época sai com uma manchete: “*Empresa pode perder a licença*”.

Pois bem, quem diz isso? A Agerba. Sabemos por que a Agerba não tomou a mesma posição no ferry-boat, porque é uma lástima o que acontece no ferry-boat. Por que não perdeu a licença, prezado presidente? Morreram mais de 300 pessoas em três acidentes da TAM – em um foram 100, em outro 99 e no terceiro 159 –, e não se viu falar em cassar licença. Ora, uma empresa não é formada por uma pessoa, ela é um agrupamento. E nesse acidente, por exemplo, foi um motorista. Vamos analisar se ele estava errado, se estava certo, a perícia ainda não disse nada.

Mesmo assim, a Agerba, Sr. Presidente, começa a fazer coisas que precisamos desconfiar. Desconfiamos do que está acontecendo na Agerba! Está lá uma multa do dia 01/04, dizendo que o ônibus estava na rua sem o CRV. Pois bem, a multa é do dia 01/04; a empresa pagou no dia 31/03, um dia antes. E todo mundo sabe que o Detran pede 8 dias para entregar o documento. Mas, mesmo assim, a Agerba multou a empresa. Sabemos o porquê dessa multa, dessa perseguição. É isso que tem de estar aqui em debate, e não a discussão se a Petrobras ajudou “a” e não ajudou “b”.

Precisamos saber o que está acontecendo na Agerba, por que essa perseguição. Estou disposto a travar esse debate, isso nos interessa, interessa ao governador que ajudei a eleger. Devemos trazer esse debate para cá, envolvendo os parlamentares que quiserem, tanto os que agora fazem parte do nosso governo quanto os da Oposição. Estamos dispostos a travar esse debate acerca da Agerba, trazendo as pessoas para cá a fim de sabermos o motivo dessa perseguição em cima dessa empresa.

São várias multas, não é uma nem duas, não. Repito, são várias! A empresa que está sendo perseguida tem 500 trabalhadores, e está lá a Agerba todo dia multando, todo dia recolhendo carro, todo dia inventando uma coisa. Precisamos saber por que isso está acontecendo. Se a empresa estiver irregular, não tem problema, ela sai do sistema. Agora, o que não podemos aceitar nem permitir é a perseguição que está sendo feita. E não é só em cima dela, não, é em cima de muitas empresas de ônibus. De muitas!

É por isso que estamos querendo travar esse debate, ele nos interessa. Queremos saber o que está acontecendo ali dentro, queremos saber qual é a maldade que está lá e quem está fazendo essa perseguição. E aí temos de dizer ao governador.

Estou falando aqui e sabemos que neste momento o governador está nos assistindo, ou então a sua assessoria. É preciso saber o que está acontecendo na Agerba, porque, além dessas, há muitas outras multas.

Então, Sr. Presidente, queria concluir dizendo a V.Ex^a que, para mim, o caso Rosenberg se encerra aqui. Que a Petrobras venha a público dizer qual é o seu papel, o que ela tem que fazer.

Agradeço ao grande companheiro e amigo deputado Heraldo Rocha, Líder da Oposição, por lembrar aqui as denúncias que fez no passado. Sou testemunha dessas denúncias, mas elas não foram contra o PT, não, foram contra o PMDB.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, inicialmente, o deputado Sérgio Passos falará por 5 minutos. Em seguida, usarei a tribuna pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Sérgio Passos por até 5 minutos.

O Sr. SÉRGIO PASSOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é com satisfação que venho a esta tribuna para suceder dois colegas que, assim como eu o farei, elogiaram a atitude do presidente Lula de fazer repasses para os municípios do Brasil, especialmente do Nordeste.

O presidente da República, imbuído do espírito de luta para combater a grande crise econômica que grassa sobre o mundo e atinge a sociedade brasileira, fez cair o Imposto sobre Produtos Industrializados na indústria automobilística e na de material de construção. Ora, se a composição do Fundo de Participação dos Municípios é essencialmente feita pelo ICMS, pelo IPI e pelo Imposto de Renda, claro que os repasses às Prefeituras cairiam.

A sociedade se mobilizou, os prefeitos do Brasil inteiro, através das suas entidades de representação, se mobilizaram e sensibilizaram o governo através do Presidente Lula, seu maior e importante condutor. O que eu quero dizer com isso? Era necessário tomar uma medida para diminuir a crise econômica que afeta intrinsecamente as administrações públicas municipais. Nada mais justo, porque ninguém gera mais emprego que o município.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SÉRGIO PASSOS:- Será concedido deputado Gildásio.

É no município que a grande massa trabalhadora sem grandes qualificações faz serviços eventuais e temporários para tirar o seu ganha pão. São esses serviços que movem as prefeituras e melhoram a qualidade de vida do cidadão em seus municípios, a exemplo da limpeza urbana, da conservação de parques e prédios municipais e de outras atividades.

Eu não poderia deixar de elogiar um cidadão baiano, o qual não conheço nem tenho nenhuma relação de amizade, o Sr. Francisco Neto, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, que numa atitude corajosa também procura ajudar os prefeitos e as administrações públicas municipais.

Através duma Portaria Normativa ele traz mais uma luz para diminuir o sufoco nas Prefeituras Municipais. Todos sabemos que o repasse para as pequenas Prefeituras especialmente aquelas que são a grande maioria na Bahia é de 8% da arrecadação líquida das Prefeituras para o ano subsequente da vigência do orçamento. A Portaria diz que se a prefeitura não obtiver 8% do valor esperado compete ao prefeito repassar o que foi efetivamente arrecadado.

Deputado Zé Cunha, que tem sua esposa prefeita em Euclides da Cunha, sabe que esse é um ato muito importante para os prefeitos respirarem melhor nesse

momento de crise. Espero que isso chegue a todos os prefeitos municipais e que eles tenham independência, autoridade e coragem no que for possível e necessário para adotar esse procedimento orientado pelo Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios.

Parabéns a todos aqueles dos governos Federal, Estadual e Municipal, e a todas as entidades que normatizam as ações e a economia dos Municípios que tem a coragem de tomar atitudes para diminuir essa situação de penúria que ora passam os Municípios, especialmente do nordeste da Bahia e do Brasil. Muito Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem do deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Roberto Carlos, presidente da sessão, tomei conhecimento que a Mesa Diretora estaria disposta a submeter a apreciação do Plenário alguns projetos de autoria dos deputados. Aleluia!Aleluia! Essa é uma grande conquista. Gostaria no entanto de chamar atenção da Diretoria da Mesa para um detalhe, recentemente, dois projetos foram aprovados aqui, um projeto de lei e outro de Resolução, ambos aprovados no Plenário, e para os dois que foram aprovados eu tinha uma proposição semelhante. Recordo-me bem de uma proposição de um projeto de lei - um amigo teria visto situação semelhante em São Paulo e me sugeriu para que eu a submetesse à Casa – que consistia em: a pessoa que desejasse ter o número da placa do veículo quando da compra de um novo, pagaria um valor xis para ser recolhido em favor de uma instituição social.

Esse projeto já estava tramitando aqui a uns 4 ou 5 anos, no entanto outro projeto semelhante, apresentado por outro parlamentar, foi aprovado e é lei. Não teve o cuidado sequer, a Mesa Diretora que me perdoe a franqueza, de observar se tinha alguma coisa semelhante para quando nada anexar. Ou seja, o apresentado posteriormente foi transformado em lei, aquele que dormia em berço esplêndido lá continua até hoje, senão sepultado para o resto da vida.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- A preocupação de V.Ex^a foi a mesma da Mesa Diretora hoje, e eu posso garantir isso a V.Ex^a, deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- O deputado Paulo Azi, Sr. Presidente, termina de me dizer que talvez o outro parlamentar seja muito mais assíduo e com mais prestígio nesta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Gilberto Brito, hoje a Mesa Diretora, em reunião semanal, decidiu que a partir da semana que vem esta Casa vai votar os projetos oriundos de deputados estaduais, e V.Ex^a é um deputado de boas ideias e bons projetos certamente. Eu já vi a Mesa Diretora hoje, inclusive o deputado

Aderbal está com a lista de projetos que tem muito de V.Ex^a aqui, para que, a partir da semana que vem, possa votar projetos de deputados desta Casa.

Posso tranquilizar V.Ex^a que essa atitude não mais ocorrerá aqui, até porque a Mesa Diretora está tomando cuidado inclusive, além de passar pela Comissão de Constituição e Justiça, a Procuradoria desta Casa está analisando todos os projetos oriundos de deputados estaduais.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem do deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, aproveitando essa provocação extremamente oportuna do deputado Gilberto Brito, inclusive estaremos apresentando dentro de alguns instantes um requerimento para inclusão dessa matéria na Ordem do Dia, que efetivamente contribuirá e muito, alargando, deputado Gilberto Brito, a apresentação de projetos oriundos dos deputados estaduais.

Aqui apresentamos no ano de 2007 uma emenda constitucional, subscrita por mim e por mais 20 Srs. Parlamentares, que irá possibilitar a aprovação de projetos, efetivamente a sanção governamental deles. Digo isso porque pesquisamos em 17 Assembleias estaduais, acredito que esse é o grande nó. Se esta Casa efetivamente quiser dar vasão ao desejo de todos, suprapartidário, que seja aprovada essa emenda. Percebo isso diante de discursos calorosos, a exemplo do deputado Gilberto Brito, do próprio deputado Álvaro Gomes, de nós, de diversas matrizes partidárias.

A emenda, na verdade, deputado Gilberto Brito, alargará o horizonte de aprovação de matérias, porque da forma como está elencada na Constituição estadual, diferentemente da grande maioria dos estados brasileiros, há um cerceamento do poder legiferante nesta Casa. Até, deputado Isaac Cunha, chamo atenção da Casa neste momento, porque tem que ser tratado esse assunto de forma suprapartidária pela acolhida e aprovação da matéria já que ela exige um quorum qualificado de 38 Srs. Deputado para aprovação em dois turnos.

É que o art. nº 77 do texto constitucional estadual, deputado Sérgio Passos, limita o poder de apresentação dos deputados, porque determina que são de iniciativa privativa do governador projetos que disponham sobre - inciso VII - vai lá: “Organização administrativa e serviços públicos que implicam aumento ou redução de despesas”.

Qualquer projeto que for apresentado nesta Casa, se mantida essa determinação legal do texto, nasce na sua forma originalmente apresentado de forma inconstitucional. É por isso que todo o projeto, em grande parte, além efetivamente da falta de vontade política, e aí não quero me referir por dever de justiça e consciência, somente a esta Legislatura...

É um erro e um equívoco que precisa ser superado de imediato, porque senão qualquer projeto apresentado, deputado Heraldo Rocha, na sua iniciação, nasce com vício de inconstitucionalidade. Seja um projeto que crie, por exemplo, deputada Fátima Nunes, um projeto que institua uma língua oficial num *currículum* estadual a um projeto simples de mudança de uma nomenclatura gera algum tipo de despesa.

Então, se efetivamente a Casa não revogar esse inciso do art. 77, praticamente, todos os projetos apresentados pelos pares aqui na Casa, deputado Sérgio Passos, nascem com vício de origem, portanto inconstitucionais. Quero aproveitar o ensejo, e já estarei apresentado, deputado Roberto Carlos, V.Ex^a que passa neste momento a presidência ao nobre deputado Aderbal Caldas, um requerimento baseado no art. 84 do Regimento da Casa, pedindo a inclusão imediata dessa Emenda Constitucional para que a Casa possa se debruçar e, de forma madura, soberana, independente, efetivamente contribuir para que nossos anseios e as nossas provocações, sejam constituídos pelas diversas entidades, saiam do papel e efetivamente possam ganhar as ruas e a Casa Legislativa possa de fato ter corrigido um dos grandes vícios que é a limitação do Poder Legislativo no que tange à elaboração de projetos de lei.

Portanto, eu quero apresentar à Mesa, é um requerimento que não poderá, até por força regimental, ser submetido ao Plenário, cabe, senão ao presidente incluir essa matéria já que decorreu todo o prazo regimental, não foi avaliada e eu peço a inclusão na Ordem do Dia dessa Emenda Constitucional e eu espero que a Casa tenha autoridade e sensibilidade e que possamos dar uma contribuição a nós todos de forma suprapartidária a fazer o Poder Legislativo mais forte e de forma mais dinâmica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, nos últimos dias tem repercutido muito aqui a denúncia contra Rosemberg Pinto, da Petrobras. Segundo notícias dos jornais, a acusação central é de que na contratação e no incentivo às festas juninas, o Rosemberg Pinto estaria condicionando a contratação de empresas de sua relação para a montagem e organização de eventos. Essa é a acusação central do que tem sido noticiado na grande imprensa.

Eu queria deixar claro, toda denúncia precisa ser apurada. Se efetivamente comprovada, os responsáveis têm que ser rigorosamente punidos. Eu acho que isso é uma regra geral da democracia. Agora, também é preciso tomar cuidado para evitar a banalização da denúncia.

Jornais como *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, grandes jornais, precisam fazer denúncias com mais embasamento. Por exemplo, fala-se que os prefeitos receberam os incentivos e os patrocínios da Petrobras condicionados a contratarem empresas de relação com o Sr. Rosemberg Pinto, mas não há um prefeito, não existe uma declaração entre todos aí que confirme até o momento essa denúncia. Então, é preciso que haja algo de concreto, ou seja, um prefeito que venha fazer ou confirmar a denúncia, porque senão é a banalização dela. Como parlamentares, devemos ter essa preocupação de não estar banalizando o instrumento da denúncia ou fazendo mais denúncias sem a devida confirmação.

Portanto, acho que toda denúncia deve ser apurada desde quando tenha, efetivamente, algo de concreto, de palpável para ser apurado. Até então são apenas informações jornalísticas, sem, absolutamente, nenhuma consistência, na minha opinião, até o presente momento. Pode ser que amanhã exista, mas hoje não há.

A Petrobras é uma empresa que vinha sendo desmontada e estava prestes a ser privatizada nos governos neoliberais, anteriores ao do presidente Lula, que recuperou a Petrobras e, hoje, ela é uma das empresas mais importantes não apenas no Brasil, mas também em todo o mundo. Ela tem um compromisso social, com o desenvolvimento de programas sociais, buscando reduzir as desigualdades sociais e incentivar a cultura patrocinando festas. Não há nada de errado nisso. O ser humano precisa da alimentação básica para sua sobrevivência, mas, além disso, precisa de diversão, lazer, de ar, de festa.

Portanto, a Petrobras está correta em desenvolver políticas de incentivo à cultura, a programas sociais que visam reduzir as desigualdades sociais, e isso, evidentemente, incomoda muita gente, porque estava sendo desmontada, prestes a ser privatizada, e, ao se transformar em uma grande empresa, como vem ocorrendo, passa ter um papel social relevante.

Mas ela continuará a se fortalecer, como uma empresa pública federal, cumprindo um papel social de incentivo à cultura e aos programas sociais do nosso País, porque isso é muito importante para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, por todo o tempo, falará o deputado Gildásio Penedo.

Antes, porém, queria que fosse registrada nos Anais da Casa uma matéria importante, publicada pelo jornal espanhol *El País*, intitulada Bahia, *azotada por el dengue*, de autoria de Juan Arias. Ou seja, a notícia da gravidade da epidemia de dengue na Bahia já chega à Europa, principalmente por nosso Estado ser a Bahia um dos principais destinos turísticos do Brasil.

Então, repito, queria que se incluísse essa matéria nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes às Galerias, teleouvintes da *TV Assembleia*, volto a esta tribuna para, novamente, abordar um projeto de lei complementar, de nossa autoria, apresentado em 2004, que tem por objetivo chamar a atenção desta Casa para uma das distorções, na nossa concepção, mais cruéis, com relação à distribuição dos recursos e das receitas orçamentárias que compete ao Estado da Bahia.

Como é do conhecimento de todos, a maioria dos municípios do nosso Estado tem como receita principal ou receitas principais as chamadas transferências obrigatórias constitucionais. Estão entre elas, nobre presidente Aderbal Caldas, o Fundo de Participação dos Municípios, que é uma transferência oriunda da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI; e a transferência constitucional dos

Estados para os municípios, a transferência de ICMS.

Essas receitas conjuntas representam quase que a totalidade das receitas para mais de 90% dos municípios baianos. Já as chamadas receitas próprias, que são: ISS, IPTU e o ITBI, são praticamente inexistentes nos municípios, deputado Fábio Santana, principalmente naqueles com até 50 mil habitantes, que são a grande maioria na Bahia.

Já chamamos a atenção desta Casa para essa distorção. E volto a essa temática principalmente pela propriedade do tema neste momento, quando se abate sobre o nosso País e o mundo uma crise econômica gravíssima, que gera uma situação muito complicada, principalmente para esses municípios, visto que é notória a diminuição da arrecadação dessas transferências.

Vimos o esforço do governo federal ao prorrogar a redução do IPI, principalmente para carros novos, mas isso, efetivamente, acaba atingindo ainda mais as combalidas receitas municipais.

Esse projeto de lei complementar, deputado Aderbal Caldas, apresentado a esta Casa, tem por objetivo modificar, nobre Líder – e espero também contar com sua sensibilidade, deputado Pedro Alcântara –, a distribuição do ICMS em nosso Estado.

O ICMS, da forma como é compartilhado neste momento, por legislação própria baiana, representa uma das distorções mais graves e que, infelizmente, agrava a realidade dos municípios. Até porque,...

O Sr. Pedro Alcântara:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- V.Ex^a está inscrito, deputado Pedro Alcântara.

(...) da forma como está sendo distribuído, há, por força de uma concentração espacial e geográfica, uma concentração dessas receitas na Região Metropolitana de Salvador, onde estão localizadas as principais empresas geradoras do ICMS, que são as de energia e de produtos combustíveis, localizadas no Polo Petroquímico.

Fiz uma pesquisa sustentada, principalmente, em dados oficiais do próprio governo, que determina uma das distorções extremamente significativas. Foi uma pesquisa sistêmica, realizada sobre estudos da competente equipe da Superintendência de Estudos Econômicos - SEI do nosso Estado, que é um órgão reconhecidamente técnico e suprapartidário. Só para exemplificar: 10 municípios, dos 417 da Bahia, representam, deputado Pedro Alcântara, nobre Líder do PR na Casa, 70% de toda a arrecadação do ICMS do nosso Estado. Dez municípios apenas. Dentre eles Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Simões Filho, Feira de Santana, Madre de Deus e Mucuri. São apenas 10 os municípios que concentram 70% dos recursos!

Enquanto 368 municípios que representam 85% da população baiana não conseguem chegar à renda média *per capita* do nosso Estado, que está na faixa de R\$ 80,91. E aí é que está a grande distorção: municípios, como São Francisco do Conde, por exemplo, chegam a perceber por indivíduo, por habitante, a cifra de R\$2.129,99 de ICMS por habitante. Enquanto a grande maioria dos municípios do nosso Estado não chega a receber R\$ 80,00.

E aí é que vem o grande agravante: se pegarmos os índices sociais desses municípios, deputado Pedro Alcântara, mesmo com essa significativa ajuda da distribuição do ICMS, os índices sociais dessas cidades praticamente nada destoam dos municípios do Sertão e do Semiárido baiano.

Apresentei esse projeto de lei complementar no ano de 2004. Espero que a Casa possa novamente atentar para essa realidade, principalmente em função da oportunidade da matéria, do agravamento da crise econômica, da complicação da saúde financeira dos municípios, onde residem os habitantes, os moradores, deputado Isaac Cunha. Peço a atenção da Casa para que nós possamos, inclusive, estimular. A nossa proposta, deputado Pedro Alcântara, é justamente que 5% dessa distribuição sejam transferidos àqueles municípios que consigam ter uma inversão na taxa de evasão escolar, outros 2% nos gatos com a saúde devidamente repassados e 1% seja distribuído de forma igualitária aos 50 municípios da Bahia com o IDH mais baixo de nosso Estado. É uma forma de compensar e, acima de tudo, estimular os gestores públicos a efetivamente destinar recursos a áreas tão sensíveis como saúde, educação, principalmente em relação ao IDH em sua realidade.

Concedo aparte ao deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Agradeço o aparte que V.Ex^a me concede e quero parabenizá-lo por esta iniciativa de deputado sério, capaz e competente. Antecipo a V.Ex^a o apoio a esse projeto. Vou pegar o projeto, levar à reunião da Bancada e a minha proposição é que a nossa Bancada feche questão no apoio a esse projeto.

V.Ex^a antecipou algumas palavras que eu iria falar em relação ao IDH desses municípios altamente beneficiados. Se nós fizermos um pouco de exercício em nossa memória e acompanhamos, V.Ex^a deve ter acompanhando através da imprensa, as questões que se referem a um desses municípios, que é São Francisco do Conde, o desmando político, o abuso do dinheiro público, funcionários sem pagar, fornecedores sem pagar, não pode se admitir isso. Inclusive, Salvador é o grande dormitório desses municípios. O custo com saúde, educação, enfim, o próprio lixo, acarretam muito mais Salvador do que esses municípios.

Quero parabenizar V.Ex^a e dizer que tem o nosso apoio antecipado, porque é um deputado que realmente apresenta um projeto importante, o qual não tem o pecado da origem, porque V.Ex^a é um deputado consciente e preocupado com essa questão.

Represento aqui o município de Pilão Arcado. Há distrito, deputado, que dista da sede 380 quilômetros. Realmente, é um município que carece de recursos e, quando eles estão fartos e mal aplicados... Portanto, parabenizo V.Ex^a. O apoio pessoal do deputado Pedro Alcântara já está antecipado e vou reunir a nossa Bancada para apreciar e encaminhar de acordo com o entendimento de cada deputado, mas fechando questão e, se precisar de assinatura, esse projeto levará a nossa.

Parabéns.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Incorporo o aparte, deputado Pedro Alcântara. Muito obrigado, estimo muito esse apoio à matéria.

É um projeto que ainda está em aberto, deputado Isaac Cunha, há sugestões,

modificações, é meramente uma iniciativa, uma provocação que faço neste momento, muito em função da oportunidade da crise econômica que se abate sobre a realidade financeira da grande e expressiva maioria dos municípios baianos, principalmente os que têm até 50 mil habitantes, que detêm a grande maioria da população e que, infelizmente, por uma distorção equivocada da lei de distribuição de ICMS, acabam concentrando recursos de forma geográfico/espacial e, o pior, não obtendo o reconhecimento e o retorno para as populações carentes.

Portanto, espero que a Casa possa se debruçar e ouvi-lo. A apresentação de sugestões será sempre bem-vinda para que possamos nos aprimorar. Quem sabe, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a, que é Líder da Bancada de Oposição, o Poder Legislativo possa dar uma contribuição clara, efetiva à realidade financeira que, infelizmente, se abate sobre grande parte dos municípios do interior baiano.

Agradeço a deferência, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário da Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo a deputada Eliana Boaventura.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a nobre deputada Eliana Boaventura, representante de Feira de Santana, pelo tempo de 8 minutos.

A Sr^a ELIANA BOAVENTURA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um prazer enorme estar mais uma vez nesta tribuna falando principalmente sobre Educação. Aqui já ouvimos alguns deputados que falaram dos problemas que estão ocorrendo na Educação, mas queremos dizer que o deputado Capitão Fábio Santana, que tem dirigido muito bem a Comissão de Educação desta Casa Legislativa, tem aberto espaços que são essenciais para a discussão, para o debate com as universidades, com os estudantes, com representantes do ensino superior.

Conversamos com o secretário da Educação, conversamos com pessoas que representam também a Educação, estivemos com o Ministério Público tratando de assuntos que não são fáceis, porque na realidade a questão da Educação é uma questão histórica, não se resolve de uma hora para outra. Mas é preciso também que a gente possa aqui colocar que há uma grande boa vontade do governo do Estado para verificar quais são os problemas e como podem ser solucionados.

Diante dessas questões, Sr. Presidente, fomos até o Ministério Público, o deputado Fábio Santana, representantes também dos diretores de escolas, aos quais quero parabenizar, principalmente os diretores de Cajazeiras, do Subúrbio, porque ontem estivemos com eles, mas no Ministério Público ficou acertado que haveria uma reunião quarta-feira que vem, mas já há uma resposta positiva do governo do Estado para a contratação de professores para suprir as necessidades dos alunos.

Venho também a esta tribuna hoje para parabenizar o governo do Estado pelo

Programa Trilha, que é de um alcance social imensurável. (lê): “A Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) prorrogou, até o dia 30 de abril, as inscrições de jovens de 18 a 29 anos, para 25 mil vagas da primeira etapa do Trilha, programa do Governo que articula seis secretarias estaduais para oferecer educação básica aliada a iniciação à educação profissional, voltada à inserção no mundo do trabalho. As vagas são voltadas para o público que possui o ensino fundamental incompleto.

O curso tem duração de 18 meses, e os alunos matriculados receberão uma bolsa mensal no valor de R\$100. Das 25 mil vagas, 3.800 são para Salvador.” E o restante para o Interior. *“As inscrições, que têm como critério beneficiar o público de baixa renda, vão até o dia 30 de abril e estão sendo feitas nas escolas credenciadas, que podem ser consultadas pelo 0800.284.0011. Há vagas para as áreas de agroextrativismo, telemática (informática), alimentação, administração, construção civil, instalações elétricas e lógicas, transporte, turismo vestuário, pesca e piscicultura, metal mecânica, joalheria e madeiras e móveis”.*

Enfim, Sr. Presidente, é preciso que a gente também aqui coloque o quanto o governador Wagner tem-se preocupado com a Educação. Não é nada fácil se falar em educação num Estado pobre, esta é a nossa realidade, onde as vagas e a educação às vezes não tinham a prioridade que tem hoje, principalmente na profissionalização.

Um programa como o Trilha dá hoje 25 mil oportunidades a jovens entre 18 e 29 anos que não completaram o primeiro grau e vinculados ao Bolsa Família, ou seja, tem que ser pessoas de baixa renda que precisem, para que possam concluir esse 1º grau, depois tendo prioridade nas escolas profissionalizantes de 2º grau para uma complementação, mas já saem, depois de 18 meses com um profissão, para serem inseridos no mercado de trabalho. Vejo isso com bons olhos e com um desejo enorme de ver realmente esses 25 mil jovens dessa primeira etapa saírem desse programa profissionalizados, saírem do desemprego para o emprego. Sabemos que realmente a questão da educação tem que estar vinculada ao social, tem que estar vinculada a sua realidade, à realidade do seu estado, à realidade do seu município, porque nos entristece, quando chegamos em determinados municípios, ou nos nossos municípios, nos que representamos, e estamos vendo a implantação de indústrias e se trazendo mão-de-obra de outros estados porque aqui não contamos com ela.

O governo federal também vem desempenhando o seu papel no ProJovem. Para mim foi um prazer enorme quando estive em Maragogipe ver que realmente pessoas pobres, carentes iam ter oportunidade de estudar, receber uma bolsa de R\$ 300 no ProJovem que já atinge o 2º grau. É assim que vamos fazer desta nação uma grande nação: é transformando a educação, é pegando realmente aqueles que mais precisam, que são as pessoas que não conseguiram concluir o 1º grau, não conseguem concluir o 2º grau, trazendo para o seio da sociedade uma discussão que é de muito tempo, quando se deixou jovens analfabetos, jovens sem concluir o 1º grau, sem concluir o 2º grau. Vejo no governo estadual e no governo federal essas metas sendo atingidas, fazendo com que esses jovens tenham oportunidade, que eu diria única, de fazer com que sua vida seja modificada. Presenciei isso pessoalmente lá em Maragogipe. Vi o entusiasmo e a esperança nos olhos daqueles adolescentes que agora

poderiam ter uma bolsa de R\$ 300 para estudar e saírem de lá já prontos para o trabalho, para fazer aquele trabalho que se pegava gente de São Paulo e de outros estados para ocupar essas vagas que são vagas que devem ser preenchidas pelos baianos.

Então, quero aqui parabenizar o governador Jaques Wagner, que segue também na mesma trilha do governo federal, abrindo mais 25 mil vagas para estudantes que não tiveram condições de concluírem sequer, deputado Luiz de Deus, o 1º grau. Tendo uma bolsa de R\$ 100 reais para poder ir até a escola que vai ministrar o curso... Sabemos de todas as dificuldades... E quantas vezes a criança não conclui porque não tem condições, seus pais não têm condições para pagar sequer o transporte para o aluno chegar até a escola.

Agradeço, Sr. Presidente. Sei que o tempo está se esgotando, mas quero dizer que são ações como essa que fazem com que a gente fique mais alegre, o coração regozijante, para que possamos realmente levar às pessoas mais carentes programas de ações. Sem esquecer de que é preciso, sim, uma ação mais enérgica do governo do Estado, como está acontecendo com a educação no que diz respeito à falta de professores, principalmente em Salvador e Região Metropolitana, mas que a Comissão de Educação, através do seu presidente, através dos seus membros, tenham um contato direto com o secretário da Educação e da Administração, para resolver esses problemas que são vitais para a população.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, nos primeiros 4 minutos falará o deputado Elmar Nascimento e vamos usar os 4 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, presentes às Galerias, quem teve a oportunidade, ontem, de assistir à audiência pública da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle desta Casa, com a presença do Sr. Secretário da Fazenda, Carlos Martins, meu caro Líder Heraldo Rocha, saiu com a efetiva conclusão de que o Estado da Bahia está quebrado. O secretário admitiu – até porque consta da prestação de contas do quadrimestre – que o Estado deve mais de R\$ 800 milhões, e que ele tem pouco mais de R\$ 1 bilhão em caixa!

Sendo que nesse 1 bilhão, deputado Luiz de Deus, estão incluídos os recursos do Funprev e de convênios. Ou seja, há uma total irresponsabilidade fiscal, um desequilíbrio, com o nosso Estado devendo, como se diz no interior, deputado Zé Nunes, a Deus e a todo mundo. Deve, por exemplo, às empresas que privatizaram a penitenciária, que estão há 4 ou 5 meses sem receber; deve aos empreiteiros, e por aí vai. Sei de um empreiteiro que fez obra para a Sucab e nunca recebeu um centavo de

faturas de 20, 30 mil. Na Conder, dívidas acima de R\$ 100 milhões; no Derba, superiores a R\$ 200 milhões, com todas as estradas suspensas.

O governador mostrou que não tem capacidade de gestão. E muito pior, o secretário da Fazenda admitiu, inclusive, deputado Luiz de Deus, que cometeu crime de improbidade administrativa, sob o argumento de que gestores de outros estados fazem a mesma coisa. Ele reconheceu que utilizou recursos do Funprev para manter em dia a folha de pagamento dos funcionários. Deputado Luiz de Deus, o secretário admitiu que – para cumprir o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Plano de Ajuste Fiscal que o Estado celebrou com a Secretaria do Tesouro Nacional na repactuação da dívida – teve de cancelar R\$ 200 milhões de empenhos já liquidados.

Vou usar termos mais simples, deputado, para que todo mundo entenda. Um empenho liquidado é uma mercadoria já entregue, com atestado de que foi recebida pelo devido departamento ou secretaria, pronto para ser pago pela Secretaria da Fazenda. Então, cancelar um empenho cuja mercadoria já foi entregue, é fraudar o comerciante. São esses termos que usamos com os prefeitos que compram e não honram seus compromissos com o comércio local, deputado Luiz de Deus, como acontecia na sua terra. Liquidar, cancelar empenho de prestadores cujo serviço ou obra já foi atestado pelo departamento ou secretaria como executado, é fraudar a licitação, é fraudar o empreiteiro que executou o serviço. E o secretário da Fazenda reconheceu que cancelou R\$ 200 milhões de empenho.

Precisamos, deputado Heraldo Rocha, não somente trazer o conselheiro Pedro Lino, relator das contas do governador relativas a 2008, devemos visitá-lo, porque o secretário disse que isso era normal! O deputado Arthur Maia trouxe ontem o caso de um prefeito dele que –apenas por uma das três coisas que falei há pouco – teve as contas rejeitadas, com uma multa de R\$ 30.000,00 fixada pelo TCM. E mais, o nome dele foi enviado ao Ministério Público para que fosse processado por crime de improbidade.

Pois bem, o governador do Estado e o secretário da Fazenda cometeram crime de improbidade administrativa. Então é preciso que o Tribunal de Contas do Estado tome conhecimento, porque o Secretário da Fazenda, Sr. Carlos Martins, é réu confesso de lesar empreiteiros, comerciantes, de cometer crime de improbidade administrativa e quebrar o Estado da Bahia.

Estão mentindo, enrolando os prefeitos...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO: - (...) prometendo obras, perguntando-lhes a que partido estão filiados, tentando ludibriar as pessoas, porque efetivamente o Estado está quebrado.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Com a paciência de V.Ex^a, só para concluir, nobre deputado Aderbal Fulco Caldas, que preside, para nossa honra, esta sessão, o secretário teve a cara de pau de admitir que pediu, numa reunião do Conselho de Secretários da Fazenda do País inteiro, deputado José Nunes, ao governo federal que

antecipasse R\$ 600 milhões do Fundeb para poder honrar débitos relativos à Secretaria da Educação, como se essa antecipação não fosse antecipar o problema! E os recursos para, no final do ano, pagar o salário dos professores e 40% do repasse dos municípios? É preciso que o Estado... e ele assumiu, deputado José Nunes, teve a cara de pau de assumir que têm que ficar os delegados de polícia e os comandantes de destacamentos mendigando gasolina aos prefeitos municipais, porque o Estado não cumpre suas obrigações para com a segurança pública. Assumiu ainda que o Estado se apropria indevidamente dos recursos do transporte escolar, que são repassados pelo governo federal para os municípios.

Portanto, infelizmente, ontem foi um dia triste, porque as pessoas que compareceram à Comissão de Finanças e Orçamento tomou ciência de que a irresponsabilidade do governador Wagner e do secretário Carlos Martins puseram o Estado da Bahia dificuldades fiscais seriíssimas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 4 minutos, o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aqueles que nos honram com suas presenças, na semana passada foi bastante debatida, no Plenário e na Comissão de Infraestrutura, a mudança da superintendência da Infraero da Bahia para Recife.

Ontem, quando estávamos nos dirigindo a Salvador, o avião deu uma pane e ficamos retidos em Recife, onde comprei o *Diário de Pernambuco*, que tem uma nota interessante: “Infraero cria 94 diretorias”. Agora entendo por que a Infraero reduziu de oito para quatro as superintendências: a Bahia foi prejudicada, e agora estão à disposição da Infraero 94 diretorias. Logo, está aí a explicação!

Deputado Paulo Câmara, noventa e quatro diretorias estão à disposição da Infraero! Com essa manobra, são tiradas quatro superintendências, e a Bahia perde 94 diretorias. Aconselho àqueles que têm prestígio com o ministro Nelson Jobin que tragam pelo menos umas 10 diretorias para Salvador para ver se compensa a perda que tivemos.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos, nesta Casa, quatro deputados constituintes, ou seja, aqueles que fizeram parte da elaboração da nossa Constituição: deputados Reinaldo Braga, Luciano Simões, Jurandy Oliveira e eu, Pedro Alcântara.

A Constituição do nosso Estado está fazendo 20 anos, deputado Heraldo Rocha. No ano passado foi a Constituição Federal, e a Câmara dos Deputados realizou numerosos atos em homenagem à Carta Maior do nosso País, a Constituição-Cidadã, proclamada pelo nosso saudoso e inesquecível homem público e para todos nós o sempre deputado Ulysses Guimarães.

Já vim a esta tribuna, no início deste ano e final do ano passado, propor que criemos, nesta Casa, uma comissão suprapartidária, com a participação de notáveis da Casa, entre os quais cito nosso assessor Geraldo Mascarenhas, aqui presente, para que

também possamos fazer as devidas homenagens à nossa Constituição, o que é importante até para se fazer uma minirrevisão dela, deputado Heraldo Rocha, pois nela temos alguns artigos que estão obsoletos e outros que não foram postos em prática.

Por exemplo, como deputado-constituente, pusemos um artigo nessa Constituição que obrigava o governo da Bahia, qualquer que fosse, criar a Universidade Estadual do São Francisco e implantá-la em 10 anos. Olhem a desobediência à Constituição.

Eu vou levantar esse debate aqui porque há uma necessidade de nós formarmos uma comissão para fazer ações, deputado Paulo Câmera e deputados que militam nesta Casa há tantos anos, visando a revisão a Constituição do Estado. Fazer essa comissão até para discutir com a OAB e outros organismos importantes do nosso Estado e do nosso País. E, se possível, deputado Heraldo Rocha, como fizemos na elaboração da Constituição, quando tínhamos a Constituinte Itinerante, acho que podemos ir aos municípios-sede de cada região ouvir a comunidade com relação a análise que tem feito da nossa Constituição. Acho que é o momento de esta Casa se unir em relação a essa questão.

Temos exemplos, como o que eu dei, de artigos que estão aí, importantíssimos, como a criação da Universidade Estadual do São Francisco. Já foi criada a Universidade Federal lá, já se ampliou o campus avançado da UNEB em Juazeiro e já se discute a criação da Universidade do Rio Paraguaçu. E está na Constituição a criação dessa universidade que mencionei, é até uma desobediência e esta Casa pode cobrar, não estou dizendo do governo Jaques Wagner, estou dizendo do governo do Estado da Bahia a implantação da Universidade Estadual do São Francisco.

Agradeço a tolerância de V.Ex^a, Sr. Presidente, e eu soube, inclusive, que o presidente desta Casa está interessado em criar essa comissão, mas nós já estamos em abril, portanto urge a necessidade de criarmos a comissão em homenagem a nossa Constituição, projeto maior elaborado por esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PT do B/PSL/PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por quatro minutos o deputado Paulo Câmera e, por mais 4 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Paulo Câmera.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Sr. Presidente, nobres colegas, eu acho que o deputado Pedro Alcântara coloca com muita propriedade a questão da nossa Carta Magna quando aborda sobre o desrespeito aos itens constitucionais, que ficam, usando uma expressão bem popular, a ver navios, deputado Heraldo Rocha, ao longo de 10, 15 anos.

Mas eu acho, Sr. Presidente, que esta Casa, na medida em que precisa colocar em prática os itens constitucionais, ela tem que procurar aumentar a sua participação efetiva na transformação da sociedade, na implementação das ações do governo. O deputado Gildásio Penedo, no ano passado, se não me engano, entrou com uma emenda constitucional que já está em vigor na maior parte de todas as Assembleias Estaduais, e a Bahia começa agora através do deputado Gildásio Penedo a se movimentar no intuito de acabar, de retirar, de excluir o maior, perdoem-me a palavra, câncer da Constituição, que é cercear o direito de o deputado fazer emendas para a criação de cargos ou colocar qualquer tipo de melhoria para a sociedade que possa gerar despesa pública.

Deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a sabe que se qualquer deputado quiser criar o nome para uma rua poderá ser vetado porque vai gerar despesa na colocação de uma placa. Isso falando de forma exagerada. Agora, se nós tivermos ideias excepcionais não podemos apresentá-las, porque o famigerado artigo da Constituição, de número 77, no seus incisos III e VII diz o seguinte: São prerrogativas de iniciativa privativa do governador do Estado, os projetos que disponham de matéria tributária e orçamentária”. Quer dizer, nem nisto podemos mexer. Matéria orçamentária, art. 77, de uma Constituição antiga, e o deputado ainda propõe que não apenas retiremos esse malfadado artigo, como diz o seguinte neste mesmo artigo, no inciso VII “organização administrativa e serviços públicos que impliquem em aumento ou redução da despesa.”

O que a Constituição quer dizer com isso? É que se algum governador enviar qualquer monstro administrativo para esta Casa, temos que aprovar. Não podemos modificar. Não podemos incluir. Não podemos excluir.

Por isso, Nobre Presidente, conclamo os deputados para que quando chegar a época própria, que não está muito distante, porque os prazos legais já estão vencidos, acatem, ajudem o funcionamento desta Casa, votando na proposta de emenda à Constituição de nº 101/2007 de autoria do nobre, do excelente deputado que teve essa ideia magnífica de mudar a dinâmica, vou repetir, mudar a dinâmica de funcionamento desta Casa Legislativa.

Obrigado, nobres amigos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao Nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB para falar pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, ainda falta falar o deputado Adolfo Menezes no tempo do PSDB. Foram 4 min para o deputado Paulo Câmara e 4 minutos para o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Queira me desculpar, meu caro líder. Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Fátima, quero saudar o ilustre vereador, presidente da Câmara de Mirangaba e o

vereador Romilson, aqui presentes, nossos amigos do município de Mirangaba, da nossa região de Jacobina e Campo Formoso. Bem-vindos a esta Casa.

Srs. Deputados, ouvia ontem na Band News, ao me dirigir à noite para minha residência, o projeto do senador Demóstenes Torres de Goiás, já aprovado e agora dependendo da sanção presidencial, que tipifica no Código Penal o crime de sequestro relâmpago, que até hoje não era tipificado no Código Penal. Então, o que acontece diariamente ficava por isso mesmo, porque nem poderiam ser penalizados esses marginais.

Mas, para minha surpresa, ouvi na mesma reportagem que o Ministro Tarso Genro está achando as penas muito severas...

O Sr. Elmar Nascimento:- Um aparte.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- (...) não sei o que passa pela cabeça desse Ministro da Justiça, vendo a violência crescer a cada dia e não tem outro caminho, não vamos consertar este País de uma hora para outra, dar condições de estudo, de educação, de saúde a toda população em um curto ou médio prazo, então, não há outro caminho, não adianta colocar a culpa da marginalidade, da violência só na situação econômica de desemprego do nosso País, tem que ter penas duras.

Então, espero que o presidente da República não vete e não aceite essa sugestão do seu Ministro da Justiça, o Sr. Tarso Genro, de que abrande essas penas. Daqui a pouco, só falta dar a esses marginais um ramalhete de presente. É isso que incentiva esses marginais a cada dia cometerem mais arbitrariedades.

O que digo é que não basta inventar, não basta criar, Sr. Presidente, amigo, deputado Aderbal, temos que copiar o que deu certo em outros países, respeitando as nossas características. E o que digo sempre é que os Estados Unidos com todos os defeitos, lá também tem políticos corruptos, tem empresários corruptos, em todas as atividades tem os bons e tem os maus, mas vejam o caso do Sr. Madof, que era considerado o investidor estrela, um dos mais famosos de Wall Street, e entre o que foi descoberto que ele estava fazendo e a pena que o levou à cadeia, só levaram três meses. Então, lá existe corrupção, lá existe marginais, lá existe violência, mas só que lá nego teme na hora de fazer, pelo menos a maioria, porque sabe que lá, vai pra cadeia.

Aqui, o Congresso faz uma lei, estabelecendo cadeia, para esse crime hediondo, que é o crime de sequestro, e vem o ministro da Justiça achar que a pena é dura demais para um sequestrador que, na minha opinião, deveria ser pena de morte, e não, passar na cadeia alguns dias, não.

Tive oportunidade, deputado Luiz, de assistir no *Fantástico*, há quinze dias, a maior vergonha para este país, dentre várias: os presos, no presídio onde está o Sr. Marcola, acho que o Beira Mar, esses presos famosos, para tomar banho de sol, são mobilizados mais de 30 policiais, dentro do presídio, com aqueles escudos, cada um atrás do outro, com um medo terrível para os presos saírem da cela para poder tomar banho de sol. É uma piada! Então, acho que bastaria, deputado Luiz, não é que eu seja aqui (...) eu faço alguns discursos duros, que às vezes alguns não têm coragem para não agredir os defensores dos direitos humanos ou talvez quem nos assiste pela

televisão ou pelo rádio, mas eu falo o que sinto e que acho. Eu não sou favorável à violência não, agora, uns marginais, uns monstros desse porte deveriam ter outro tratamento. Como é que para sair da cela, dentro do presídio, a polícia ainda esteja com medo? Então, bastava um só agente com uma metralhadora, um passo na frente – dava o que merecia- derrubava, e aí eles respeitavam. Quer dizer, dentro da cadeia os criminosos dando as ordens, Sr. Presidente.

Então, espero, para concluir, porque não tenho mais tempo, que o ministro, Sr. Tarso Genro, que está mantendo aqui aquele criminoso italiano, não deu a extradição para a Itália, comprovadamente assassino, não consiga que o presidente da República vete um projeto tão importante para que a gente tente diminuir a violência que impera nessa área, tão grave, como esse crime hediondo que é o sequestro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Reitero aqui o meu pedido de desculpas ao deputado Adolfo Menezes, desculpas a todos porque iríamos perder o brilhante discurso do eloquente orador, deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, aproveitando rapidamente, porque o deputado Adolfo Menezes falava da questão da segurança pública, na Comissão de Segurança Pública foi aprovado um requerimento do deputado Misael Neto, e depois aditado por um requerimento nosso, no sentido de fazer uma audiência pública da Comissão de Segurança Pública no município de Juazeiro.

Como o problema de segurança pública não é só em Juazeiro e naquela região, eu pedi, e fui estendido, mais três audiências públicas: no município de Campo Formoso, no município de Sr. do Bonfim e no município de Casa Nova, naquela região são municípios importantes, para discutirmos os critérios, porque é um absurdo, está aqui presente o deputado Adolfo Menezes, que é representante, junto comigo, do município de Campo Formoso. V.Ex^a que é da base de apoio do governo, é um absurdo e nós precisamos saber qual o critério pois com o índice de criminalidade e violência que tem o município de Campo Formo um município com a extensão territorial que corresponde à metade do Estado de Sergipe, são distribuídas mais de 200 viaturas e não se manda uma viatura sequer para Campo Formoso, quando as que tem lá estão caindo aos pedaços, a prefeitura tem que alugar carro para servir à Polícia Militar e à Polícia Civil porque estão caindo aos pedaços, já não dão combustível, já não tem armamento, já não tem bala e agora, distribui-se duzentas e tantas viaturas e um dos municípios mais importantes do Estado, o município de Campo Formoso, não é contemplado, num clima de insegurança, em que uma enquete da Rádio local afirma que 88% do povo de Campo Formoso acha ruim a segurança. Ruim e péssimo deu 72% de desaprovação da segurança, e não é contemplada com uma única viatura nesse governo.

Portanto, nós vamos debater com a população de Campo Formoso, de Senhor do Bonfim, de Casa Nova e Juazeiro a respeito da segurança pública, em audiência já aprovada na Comissão de Segurança Pública desta Casa.

O Sr. Adolfo Menezes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do nobre deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, quero dizer ao deputado Elmar que eu também achei um absurdo, não entendi e liguei ontem para o delegado-chefe, Dr. Joselito, para ver qual foi o critério da distribuição dessas viaturas. Porque Campo Formoso, como V.Ex^a falou, um dos maiores municípios desse Estado, 40% aproximadamente do Estado de Sergipe, com alto índice de criminalidade, com uma das três maiores extensões da Bahia e ele mesmo não soube informar qual foi o critério para a distribuição dessas viaturas. Mas, pelo menos, me prometeu que na próxima remessa, que segundo ele será agora no mês de maio, Campo Formoso será contemplado, porque o mesmo me dizia que a quantidade de viaturas distribuídas não era suficiente nem para as necessidades da própria capital.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 9 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes nas galerias Paulo Jackson, nossas taquígrafas que agilmente copiam tantos palavreados pronunciados aqui desta Tribuna, nossos ouvintes da *TV Assembleia*, tenho aqui alguns assuntos a tratar na tarde de hoje. Mas, quero lembrar, falando aqui para os dois deputados que me antecederam, deputado Adolfo Menezes e o deputado que fez a questão de ordem, Elmar Nascimento, que eu tenho pesquisado há quanto tempo não se adquire viaturas novas para esse Estado. Percebi, então, que há bastante tempo foi deixado de adquirir esses equipamentos. Portanto, tendo conversado várias vezes com o Secretário da Segurança Pública, vejo que o número necessário para atender todo o Estado é bem maior do que aquele número que já foi adquirido. Mas, há uma decisão do governador em dotar todas as delegacias de equipamentos necessários para o atendimento em todos os municípios.

E preocupada, realmente, com alguns daqueles municípios que ainda não foram contemplados, tive a informação de que, em primeiro lugar, foram atendidas as Coordenadorias, porque as Coordenadorias – e temos uma no município de Euclides da Cunha, e o deputado Zé Nunes ali já me acena dizendo que é verdade, lá já havia sido contemplada com uma viatura e agora com mais duas e, portanto, aquela região que está sob a jurisdição de Euclides da Cunha estará..., porque uma viatura não fica fixa em uma cidade, ela está lá para atender às demandas da região, daquele território

da sua circunscrição. Portanto, nós veremos que os demais municípios de Tucano, Ribeira do Pombal, Cícero Dantas, em havendo necessidade estarão sendo atendidos.

E o município de Paulo Afonso também. Inclusive o Município de Glória. Estendendo isso para Macururé, Chorrochó e Abaré, que não ficarão sem atendimento, porque foram contemplados.

Então, às vezes, os deputados da Oposição... E eu fico pensando que mesmo se descesse um milagre e acontecesse tudo de uma vez, ainda teria assuntos para questionar, para teimar, porque é o papel da Oposição. Mas é impossível não se enxergar, não se observar as mudanças que o governador Jaques Wagner tem apresentado em sua gestão; não se ver a forma como tem dialogado com os municípios, os prefeitos, os vereadores, os deputados, e também a sua ação de implantar ações nos órgãos públicos, na saúde, na educação, na segurança pública, de forma que vem melhorando consideravelmente a vida do nosso povo.

Sabemos ser impossível que em dois anos e meio se faça aquilo que foi deixado de fazer em 40 anos, em 16 anos, ou, mais recentemente, 4 anos, porque a população cresce e necessita de muitas outras providências para que se possa dar-lhe qualidade e condição de vida.

Mas sabemos muito bem que em épocas passadas havia muitas placas: “Onde tem Bahia, o governo chega lá”, “Eu amo a Bahia”. Muitas frases de efeito vimos pregadas nas placas, e nós, que somos do sertão, para chegarmos lá atravessávamos meio mundo de estrada e percebíamos que não era bem assim. Hoje, temos a oportunidade, primeiro, do diálogo franco e sincero e, segundo, de continuar falando das preocupações e das necessidades do nosso povo e de perceber a boa vontade, o interesse, o empenho do governador para fazer acontecer as ações que estamos precisando.

Estamos vendo como o Programa Água para Todos tem levado adiante as suas ações. O Programa Um Milhão de Cisternas, hoje, é executado pela Cerb, pela CAR em convênios com a ASA - Articulação do Semi-Árido, ou seja, não se pergunta de qual cor partidária é o prefeito para receber a sua cisterna. Coisa que, muitas vezes, não acontecia no passado. Então, essas coisas precisamos tratar da forma que elas acontecem, para o bem da sociedade, e não, apenas porque se é da Oposição, tentar distorcer as coisas.

Queria também aproveitar esse momento, já que o início da semana que vem será feriado, para lembrar que no dia 23, quinta-feira próxima, estaremos realizando aqui, na Assembleia Legislativa, no Plenário desta Casa, uma grande sessão especial para tratar do Estatuto da Promoção da Igualdade Racial.

E o desejo de fazer esse debate aqui se dá exatamente porque no ano passado presidi a Comissão da Promoção da Igualdade e trouxe para esta Casa os vários setores que debatem, que estudam a questão da negritude no Brasil, especialmente aqui, na Bahia. Esse estatuto já estava aqui, apresentado, na época, pelo deputado Valmir Assunção, sendo desarquivado nesta gestão pelo deputado Yulo Oiticica. Acredito que será de grande valia que este Plenário aprove ainda este ano o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial, para que o entreguemos à comunidade baiana,

onde 82% de sua população são afrodescendentes. Que possamos debatê-lo e aprová-lo aqui.

Portanto, na quinta-feira, dia 23, estaremos fazendo aqui esse debate e quero contar com a presença de todos os deputados e deputadas, dos movimentos sociais que trabalham muito, organizam a bandeira da promoção da igualdade racial da nossa Bahia, do nosso Brasil.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Exª me permite um aparte?

A Srª FÁTIMA NUNES:- Com o aparte o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputada Fátima, agradeço o aparte, serei muito breve. Vejo a preocupação de V.Exª no empenho da aprovação desse projeto de lei que nasceu ainda sob a condução do deputado Valmir Assunção e, hoje, é capitaneado pelo deputado Yulo Oiticica.

Mas veja V.Exª a importância de nós votarmos de forma conjunta a emenda constitucional que apresentamos nesta Casa que, justamente, vai versar sobre a estruturação administrativa. E o projeto que V.Exª trata neste momento, se não for retirada essa limitação constitucional, por mais boa vontade, por mais interesse que a Casa possa ter em aprová-lo, necessariamente cairá na vala comum do veto do próprio governador já que o espírito da Constituição Estadual veda qualquer iniciativa sobre essa matéria.

Portanto veja quanto é importante retirarmos essa restrição para que, efetivamente, o Poder Legislativo possa se manter firme, independente, autônomo para que possamos traduzir os anseios e as aspirações das nossas comunidades em projetos de lei aqui votados e sacramentados.

Logo eu peço o empenho e a boa vontade de V.Exª em nos juntarmos nessa retirada do texto legal da Constituição Estadual.

Muito obrigado pelo aparte.

A Srª FÁTIMA NUNES:- Obrigada, deputado. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. E, em outro momento, voltaremos a discutir tanto o nosso estatuto como também o projeto de V.Exª.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, o deputado Leur Lomanto Júnior falará por cinco minutos e eu falarei por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, na sessão de ontem a deputada Virgínia Hagge subiu a esta tribuna e, logo no início do seu pronunciamento, deixou bem claro para os Srs. Deputados e para as pessoas que tiveram oportunidade de escutar o seu pronunciamento, que ela estava, naquele

momento, fazendo um pronunciamento de acordo com os problemas regionais que ela vinha enfrentando nesses dois anos de mandato.

A deputada Virgínia Hagge veio a esta tribuna e fez a denúncia de que haveria privilégios dentro da Petrobras, por parte do Sr. Rosemberg, que estaria privilegiando municípios do seu interesse para a distribuição de verbas da Petrobras para festas juninas. E ela deixou bem claro que aquilo era um discurso político, que não era contra nenhum partido, contra nenhuma pessoa.

E eu, hoje, caro Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estranha e atentamente, ouvi o discurso do deputado J. Carlos que não entendeu o pronunciamento da deputada Virgínia. Vejam, eu parto da seguinte premissa, qual seja, se há suspeição e se há denúncia, temos de apurar. Não me furtarei a estar presente a fim de apurar qualquer denúncia em qualquer área que seja. E o deputado J. Carlos, nervoso, veio a esta tribuna defender o Sr. Rosemberg e, mais, atacar a gestão da administração da Agerba. E eu o tomei com uma certa estranheza, porque sempre ouvi do deputado J. Carlos os maiores elogios à pessoa do gestor da Agerba - competente gestor, Dr. Antonio Lomanto Neto. E ele veio aqui denunciar dizendo, de forma clara, que havia perseguição às empresas de ônibus por parte da Agerba.

Ora, senhores, se há perseguição neste governo, não é na Agerba. Vocês podem ter certeza e absoluta convicção de que o que há é uma administração séria. Se há empresas que não estão correspondendo com as suas funções, que não estão correspondendo com os interesses públicos prestando um bom serviços ou prestando serviços irregulares a fim de serem multadas e punidas...

Eu estranho o deputado J. Carlos que tem a tradição de defender aqui os motoristas e os cobradores e, de uma hora para outra, passa a defender os grandes empresários.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero, mais uma vez, deixar bem claro que se há – e eu admito aqui que na Agerba não há – perseguição, vamos apurar e descobrir quem está perseguindo no Estado da Bahia.

São essas as palavras, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar bem claras. A deputada Antônia Pedrosa está aqui nos ouvindo e sabe da postura da Agerba. Aqui tivemos um grande debate acerca da legalização, transportes alternativo e complementar. Em tal evento houve a participação de todos os deputados desta Casa. A Agerba teve um papel fundamental ao ouvir os deputados, ao trazer as entidades de classe, ao trazer as cooperativas para discutir lado a lado com a sociedade baiana este grande projeto que foi legalizado e vai dar dignidade aos transportes complementar e alternativo na Bahia.

A Sr^a Antônia Pedrosa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Concedo um aparte à minha querida amiga e deputada Antônia Pedrosa.

A Sr^a Antônia Pedrosa:- Deputado Leur Lomanto Júnior, eu não poderia deixar de apartear-lo neste momento. Não ouvi o discurso do meu querido colega J. Carlos por quem tenho grande apreço, mas se foi – e acredito que sim – neste tom que V.Ex^a relatou, ele cometeu um grande equívoco, repito, grande equívoco. Eu, como V.Ex^a

falou, tenho conhecimento desde quando o Dr. Lomanto, diretor presidente da Agerba, assumiu a direção, e nunca vi uma gestão tão transparente e competente como é a dele.

E isso se provou naquele projeto. Como a Agerba foi ideia dele, quando eu fazia os meus reclamos do Oeste, ele me disse que faria um projeto para regularizar a vida dos perueiros e dos pequenos empresários. E, assim, o fez. Ele nunca perseguiu ninguém em minha região, e há quase 500 perueiros. Ele nunca os perseguiu. Pelo contrário, ele cumpria a lei.

Acredito que o nosso colega cometeu um equívoco quando ele atrapalha o cumprimento da lei com perseguição, Sr. Presidente. Isso não! Ele tem sido cordato e aceitou as nossas emendas naquilo que foi possível.

São essas as minhas palavras. Eu jamais poderia deixar de pronunciar neste momento.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Agradeço o aparte a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, ao PMDB ainda restam 04 minutos, e eu gostaria de solicitar ao deputado Álvaro Gomes o restante do tempo do partido.

O Sr. Álvaro Gomes:- Pois não. Está concedido.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Continua com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Agradecendo o aparte à deputada Antônia Pedrosa, reafirmo que, sem sombra de dúvida, ela foi uma grande guerreira deste projeto de lei. Lembro-me de que ela sempre estava ao nosso lado discutindo, em diversas audiências públicas, este projeto importantíssimo para a Bahia. E a deputada, aqui, dá o seu testemunho, a forma como construímos esse projeto ao lado dos deputados Zé Neto, Pedro Alcântara, Júnior Magalhães e tantos outros deputados que tiveram uma participação ativa nessa construção.

Então, Sr. Presidente, eu, realmente, não poderia deixar, de forma alguma, de subir a esta tribuna para deixar bem clara a posição que temos com relação a qualquer tipo de denúncia que venha a ser colocada nesta Casa. Se há denúncia do mau uso do dinheiro público, se há denúncia de perseguição, o PMDB está pronto para apurar e, se houver culpado, puni-lo.

Concedo um aparte ao meu querido amigo, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- deputado Lomanto, V.Ex^a, que enriquece esta Casa com a sua liderança e traz o DNA de sua família para o nosso meio e nos enriquece com a sua experiência, posso lhe dizer que conheço a história, o currículo do nosso querido Lomanto Neto, nosso querido Lomantinho, homem ético, lhano, de comportamento exemplar. Posso lhe dizer, com segurança, que não há perseguição na Agerba, e olha que sou Oposição, mas afirmo a V.Ex^a que o quadro Lomantinho, Lomanto Neto, é um dos melhores que existem neste governo. Se todos os quadros fossem, pelo menos, semelhantes a ele, posso lhe garantir que o governo estaria muito melhor.

Portanto, não existe, de forma nenhuma, por parte de Lomanto Neto,

perseguição. Acho que o nobre deputado J. Carlos, que é um deputado que tem se comportado aqui com uma linha muito ética, talvez esteja preocupado com alguns problemas, pisou na bola.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento e finalizo o meu pronunciamento, Sr. Presidente, mudando de assunto, dizendo que, ontem, estivemos com a presidente do Tribunal de Justiça, Dr^a Desembargadora Sílvia Zarif, ao lado do Conselho Comunitário de Jequié, do presidente da OAB, Dr. Miguel Avelino, ao lado do deputado Euclides Fernandes, e fizemos uma comissão reivindicando a instalação de mais Varas para Jequié, já que a cidade hoje tem apenas quatro Varas instaladas no seu Judiciário.

Estivemos lá reivindicando, já que Jequié, hoje, pela nova Lei de Organização, passa a ter 17 varas. Sabemos das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado, mas a desembargadora, de forma muito solícita, nos assegurou que estará realizando os estudos, para se possível até julho serem instaladas mais duas Varas no nosso município, uma Vara da Família e uma Vara Criminal.

Então, é uma notícia muito importante, já que Jequié se encontra hoje com muitos processos, são mais de 60 mil e com pouca estrutura para que sejam analisados todos esses processos. Foi uma iniciativa nossa, deputado Euclides, do Conselho Comunitário, e Jequié, com certeza, que vem passando, enfrentando essas dificuldades, acho que até julho já teremos conseguido amenizar um pouco essa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Democratas, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Todo o tempo para o deputado José Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado José Nunes, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, assisti atentamente ao discurso do nobre deputado Leur Lomanto Júnior, que realmente reafirmou o que todos nós sabemos, a maneira como o Dr. Lomanto Neto vem conduzindo o destino da Agerba.

Não é nenhuma surpresa, nenhuma novidade, nobre deputado, a maneira como o Dr. Lomanto Neto conduz aquele órgão, com muita honestidade, competência, capacidade e coragem, deputado Luiz de Deus, de muitas vezes punir até mesmo aqueles que são ligados politicamente a ele, quando fazem a coisa errada. É preciso ter coragem para dirigir dessa forma um órgão que também é político. Então quero prestar o meu testemunho de que ele vem conduzindo com muita honestidade aquele órgão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de trazer a esta Casa nesta tarde o assunto referente à portaria 304 do Ministério da Agricultura, que trata do abate de

bovinos, caprinos e ovinos em todo o País. Realmente tem sido um tema muito polêmico, principalmente na Bahia, tendo em vista que dispomos, como sabemos perfeitamente, de apenas 25 abatedouros frigoríficos, quantidade insuficiente para resolver o problema do nosso Estado.

O Ministério Público vem exigindo ao longo dos anos que se instale abatedouros nos diversos municípios. Por essa razão, vem fechando sistematicamente, nos pequenos municípios, aqueles abatedouros que não preenchem os requisitos dessa portaria 304 do Ministério da Agricultura.

O deputado Luiz de Deus, que participou também de alguns debates na Comissão de Agricultura e Política Rural, viu uma audiência pública na qual esteve, inicialmente, a EBDA, que discordou da posição da comissão, que vem exigindo do governo uma atitude para melhorar o abate em nosso Estado.

O deputado Jurandy Oliveira, que conhece muito bem o interior do Estado, sabe perfeitamente que nos pequenos municípios, atualmente, o abate clandestino vem aumentando vertiginosamente por causa da exigência do cumprimento dessa portaria. Isso é ruim, porque antes, queiram ou não, os municípios tinham os seus abatedouros, e neles existiam veterinários fiscalizando a entrada do gado. Hoje, infelizmente, esse gado é abatido nas fazendas debaixo dos umbuzeiros, de qualquer maneira, sem nenhuma fiscalização. É aí que reside o perigo, porque, na verdade, a carne que é levada aos açougues nesses pequenos municípios é de qualidade duvidosa. Muitas vezes, aqueles menos escrupulosos chegam a abater animais doentes, promovendo meios para que a população também adoeça.

De forma que se faz necessário uma política voltada para resolver esse problema em todo o Estado da Bahia. A sugestão da Comissão de Agricultura, desde o ano passado, é que o governo estadual promova meios para que se possa construir, pelo menos, de 30 a 40 abatedouros estrategicamente localizados em diversos municípios baianos, para que assim se possa fazer um abate mais tranquilo, que venha trazer saúde para a nossa população.

Nobre deputado Jurandy Oliveira, é importante que o governo...

O Sr. Jurandy Oliveira:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSÉ NUNES:- Esta inscrito, nobre deputado.

(...) possa se posicionar dessa forma. Todos nós deputados sabemos que atualmente não é uma atividade do Estado fazer abatedouros, mas o governo tem de entender que é uma questão de saúde pública e que não é rentável economicamente para os empresários. Por isso, é hora de o governo entrar para ajudar a resolver esse problema.

Fica a nossa sugestão de que os municípios, em parceria com o Estado, possam realmente construir esses equipamentos, e não simplesmente construir e ainda os operar. A operacionalidade ficaria por conta dos empresários, das associações, das cooperativas, e aí, depois de pronto, o equipamento seria licitado, e a cooperativa ou associação que, eventualmente, fosse contemplada iria explorá-lo e pagar, certamente, alguma coisa ao Estado, aos Municípios. Isso, certamente, iria resolver, definitivamente, o problema do abate, principalmente no interior do Estado.

Com o aparte o deputado Jurandy Oliveira.

O Sr. Jurandy Oliveira:- Deputado José Nunes, V.Ex^a faz, nesta tarde, nesta Casa, um dos pronunciamentos mais importantes para o Estado da Bahia.

O problema do abate, sobretudo no interior, nos parece um samba do crioulo doido: não pode abater, pode abater. No Ministério, lá em Brasília, pessoas distantes da realidade brasileira, da realidade nacional, baixam portarias sem nem sequer ouvir as comunidades interessadas.

Entendemos que a portaria é válida, que a medida tem que ser tomada para que a população possa adquirir um produto com saneamento mínimo lhe garanta a saúde. Todavia, infelizmente, as portarias que saem de Brasília, sem que sejam ouvidas as populações, cometem erros tremendos, e esse é um caso concreto.

Parou-se o abate no interior ou o abate clandestino, como disse V.Ex^a, sem nem sequer o profissional poder acompanhar, porque ele tem que ser feito às escondidas ou, muitas vezes, a carne é apreendida e queimada como se fosse uma vingança contra os abatedouros. Nem abatedor nem consumidor têm culpa. A culpa, julgamos, é dos responsáveis, porque as providências, em vez de partirem da base para surtir os efeitos necessários e válidos, partem da cúpula dos gabinetes em Brasília, os quais, sem nenhuma sensibilidade, querem, naturalmente, resolver, num passo de mágica, problemas que efetivamente carecem de solução.

Parabenizo V.Ex^a, nobre deputado, mais uma vez, pelo feliz pronunciamento que faz nesta tarde.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento e, para encerrar, nobre presidente, gostaria de dizer que o governo tem que, urgentemente, resolver esse problema, porque a situação é dramática, nobre deputado Juranda Oliveira.

Para concluir, nobre presidente, devo dizer que, nos pequenos municípios, hoje chega-se ao ponto de se levar ao abatedouro mais próximo, que fica, às vezes, a 200 ou 300 quilômetros, para abater clandestinamente, com um mesmo documento fiscal, 20, 30, 40, 50 animais, oferecendo à população uma carne de péssima qualidade, o que está contribuindo para o aumento de doenças, principalmente no Interior.

Honestamente, vejo que, no modelo encontrado, em que, com R\$ 600, 800 mil, por mês, se faria um abatedouro, a construção de 30 ou 40 abatedouros não seria um investimento muito alto para o Estado da Bahia, porque, muitas vezes, várias coisas são feitas desnecessariamente.

Desse modo, fica o nosso apelo ao governador Jaques Wagner para que, urgentemente, através da Secretaria da Agricultura, possam construir-se, no mínimo, 30 abatedouros em lugares pontuais do nosso Estado para resolver, definitivamente, esse gravíssimo problema em todo o interior do Estado da Bahia.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Servidores e Sr^{as} Servidoras desta Casa, visitantes, senhores da imprensa, faço uso da palavra neste momento, em primeiro lugar, para parabenizar todo o povo de Mata de São João que hoje comemora os 163 anos de emancipação política daquele município. É um momento de comemoração e de grande satisfação para todo o povo de Mata de São João.

O município teve sua pujança social e econômica com a exploração do petróleo na sua faixa e região. Com isso, o desenvolvimento chegou ao município, proporcionando a instalação de avenidas, ruas estruturadas e casas bastante significativas e valorosas. Posteriormente, Mata de São João foi alimentada pela presença da linha férrea que servia como grande fluxo de transportes e escoamento dos produtos agrícolas daquele município.

Mata de São João, Sr. Presidente, já teve uma feira que concorria, na região, com a feira de Camaçari em mercado de gado. A feira daquele município, nobre deputado Ferreira Ottomar, era um grande centro comercial que cultivava a tradição do gado em pé e do gado leiteiro. Com as mudanças e tendências econômicas da região e com a retirada do trem de passageiro do percurso de Alagoinhas a Salvador, Mata de São João sofre um processo de distanciamento das políticas públicas e da ação econômica.

Em meados da década de 70, vem a instalação do Polo Petroquímico, e Mata de São João sofre mais ainda, porque perdeu parte da população com a migração para o Polo Petroquímico, para a região de Camaçari em busca do emprego. E Mata de São João tornou-se uma cidade dormitório. Com o desenvolvimento turístico aquele município resgata uma ação importante que é o eixo de desenvolvimento turístico da região, reaproveitando de forma bastante responsável um patrimônio como a Praia do Forte.

A Praia do Forte resgata o valor histórico-cultural, bem como reestrutura a região como grande atrativo turístico, reforçado pela presença da ação ambiental do Tamar, permitindo o retorno do desenvolvimento econômico e social daquela localidade. Logo em seguida, houve a implementação de uma série de outros investimentos turísticos que faz Mata voltar ao desenvolvimento.

Não posso deixar de destacar que com a ação do governo, prefeito João Colbert, comprometido e responsável, Mata de São João volta a ser um grande município, um município promissor daquela região.

O município conquistou nesta Casa o direito de ser reconhecido como área metropolitana, e hoje comemora os 163 anos de emancipação com muita satisfação e dignidade.

Por isso, Sr. Presidente, eu utilizo este momento para parabenizar o povo de Mata de São João, bem como o Sr. Prefeito pelo compromisso, responsabilidade e pela condução que vem dando àquele município. Parabenizo também a Câmara Municipal pelo conjunto de intervenções que a Casa Legislativa daquele município vem mantendo para sustentar um governo que vem dando certo e apresentando um

desenvolvimento e um crescimento do município.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BIRA CORÔA:- Um aparte ao deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Bira Corôa, quero me associar a essa justíssima homenagem que V.Ex^a faz ao município de Mata de São João, que tem hoje o seu dia de comemoração, de emancipação política e que teve importantes nomes no processo histórico do nosso Estado.

Para quem não tem conhecimento, este município, mais precisamente a localidade de Praia do Forte, na época denominada Tatuapara, teve como precursor o filho bastardo do 1º governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, que é Garcia D'Ávila, implantou ali base da interiorização do nosso Estado, que tinha naquela região o forte, que servia de início de aviso para as invasões, principalmente dos navios franceses e holandeses que invadiam a costa baiana. E lá, como era a principal abertura e entrada da Bahia de Todos os Santos, a Praia do Forte, que naturalmente depois levou o nome, servia de sinalizador inicial para qualquer possibilidade de agressão ou de invasão à nossa cidade do Salvador, naquela época, em 1549, sendo fundada a primeira capital do País.

Evidentemente, além do lado histórico, hoje o seu povo se sente recompensado, e também quero me associar às justíssimas homenagens que faz ao seu povo, mas principalmente também ao seu prefeito, João Goberto, que é um exemplo de administrador público, um homem que veio da iniciativa privada, mas tem dado um belíssimo exemplo de gestão pública.

Que bom que há um reconhecimento, de forma suprapartidária, tanto do PT, deputado João Carlos Bacelar, que é do PTN, representante também daquele município, do Democratas, que aquelas belas administrações haverão de ter o reconhecimento e também a Câmara de Vereadores. Portanto, associo-me, sei que V.Ex^a tem base política implantada naquele município, que é vizinho limítrofe da sua base principal, que é o município de Camaçari. Mas eu quero, de fato, me associar a essa justa homenagem que V.Ex^a faz ao povo de Mata de São João, ao prefeito João Goberto, extensivo à Câmara Municipal daquele importante município, hoje palco importante do turismo, atrativo nacional, que embeleza e enriquece o turismo baiano. E só temos que nos sentir lisonjeados pela força do turismo naquela região.

Parabéns pela justíssima homenagem que presta àquele município.

O Sr. BIRA CORÔA:- Agradeço, nobre deputado, e incorporo o seu aparte, muito mais pela riqueza da parte apresentada como da solidariedade e dos votos sinceros de reconhecimento da importância do município de Mata de São João para Região Metropolitana, que vem do processo histórico, podemos aqui mais uma vez reafirmar, vem das lutas de libertação e de independência do povo baiano e brasileiro, por ser, sem sombra de dúvida, a porta de entrada e, conseqüentemente, de saída da Bahia de Todos os Santos e que muito bem representou nas batalhas históricas e, acima de tudo, no papel de demarcação não apenas da Bahia, mas de todo o Nordeste, porque lá se instalou a primeira capitania do Brasil, a mais extensa de todo o território nacional, que foi conduzida a partir de Praia do Forte, através de Garcia

D'Ávila.

Consequentemente, Sr. Presidente, para concluir, é interessante destacar que esse dia não apenas Mata de São João comemora, é um dia que a Bahia comemora pela importância que Mata de São João vem despertando no cenário estadual e nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Bira Corôa :- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido. Estão presentes no Plenário 5 Srs. Deputados, portanto número insuficiente para a continuidade da sessão, motivo pelo qual declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*